

Abreu quer tirar do Orçamento NCZ\$ 1,6 bilhão

BRASÍLIA — O Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, já sabe qual o primeiro veto ao Orçamento Geral da União, aprovado pelo Congresso Nacional, que irá propor. O Ministro vai sugerir ao Presidente Sarney que corte a Programação Especial, mesmo que para isso caia a indexação do Orçamento, uma novidade incorporada à proposta de gastos da máquina pública para 1990. Como ambos os itens constam de um mesmo artigo, ao vetar a Programação Especial, orçada em NCZ\$ 1,6 bilhão, em valores de maio de 1989, o Presidente estaria automaticamente derrubando a indexação.

Isso significa que o artifício do Relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), de colocar os dois itens num mesmo artigo para garantir sua sanção, será frustrado. Tinoco acha que juntando a programação e a indexação conseguiria o sinal verde do Palácio do Planalto sem problemas. Mas o Ministro do Planejamento não está disposto a ser cúmplice da medida.

— Abro mão da indexação para não deixar espaço para vícios futuros. O pior seria cristalizar um procedimento nitidamente inconstitucional — disse o Ministro.

João Batista está convencido de que o Congresso burlou o artigo 166 da Constituição. Nesse

artigo fica claro que a aprovação de emendas ao Orçamento só pode ser feita se indicadas as fontes de receita. A Programação Especial se baseia em possível economia de recursos ao longo do ano, em função de um redutor usado no cálculo da indexação.

Se cair a Programação perdem os Ministérios do Interior, Justiça, Minas e Energia, Saúde, Agricultura, Educação e principalmente Transportes, além da Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia. Todos beneficiados com parte das 11 mil emendas apresentadas pelos parlamentares à proposta orçamentária original encaminhada ao Congresso pela Seplan.

● **PAGAMENTO** — Os funcionários do Legislativo e Judiciário correm risco de não receber o salário de janeiro, dia 18. O Orçamento está sendo todo revisado e só deve ir a sanção em, no mínimo, 30 dias. Até lá, não há autorização para liberar um único centavo relativo a 1990. O Orçamento foi aprovado pelo Congresso no penúltimo dia do ano legislativo e está no Ministério do Planejamento para o processamento de cinco mil emendas. O Secretário do Tesouro, Luís Antônio Gonçalves, tentou sensibilizar congressistas e representantes de ministérios a apressarem a revisão.